

A PRUDÊNCIA KANTIANA E O CAMINHO PARA A FELICIDADE

ISADORA FARIAS TABORDES¹; FLÁVIA CARVALHO CHAGAS²

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – isadoraf.tabordes@gmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas – flaviafilosofiaufpel@gmail.com 2

1. INTRODUÇÃO

Como compreender que o ser humano, um ser racional e finito, seja tão predominantemente esperançoso e perseverante no que diz respeito à própria felicidade? No entanto, a felicidade é uma das questões mais instigantes da história do pensamento. Desde os primórdios, a razão humana parece possuir a incumbência de encontrar os melhores caminhos para ir ao encontro desse tesouro escondido, que é o princípio da felicidade, uma vez que não conseguimos determiná-lo objetivamente, nem tão pouco ignorá-lo. Dessa forma, ao pensarmos no conceito de prudência, estamos consequentemente pensando na felicidade, haja visto que essa é fundamentalmente sua preocupação. No entanto, como poderíamos vincular uma doutrina pragmática, preocupada com a felicidade com a ideia de uma moralidade universal? Como poderíamos pensar no conceito de felicidade associado a moral, se nem mesmo encontramos concordância acerca de sua natureza?

O papel da prudência na arquitetura kantiana, ainda é um horizonte encoberto por uma cortina de obscuridades, visto que também não há um escrito de Kant dedicado especificamente ao conceito de prudência (Klugheit). Em consequência disso, precisamos vasculhar o termo fazendo um sobrevoo em diversos textos de sua jornada filosófica. Nesse sentido, assumindo uma tese kantiana para a compreensão do homem como “um cidadão de dois mundos”, o concebemos em duas esferas conceituais, a saber, a do mundo da sensibilidade e a do mundo inteligível. Desse modo, podemos dar passos rumo à compreensão dos problemas de compatibilização dentro do campo moral para uma concepção da felicidade a partir da obra do filósofo prussiano.

2. METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada consiste essencialmente na pesquisa bibliográfica, pela qual analisaremos e discutiremos obras como “A Fundamentação da Metafísica dos Costumes”, “Doutrina da Virtude”, “Crítica do Juízo” e a “Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático”, de Immanuel Kant.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão kantiana a respeito da ética vem sendo abrandada nos últimos tempos, uma visão de uma moral estritamente deontológica tem sido desafiada. Nesse sentido, tornou-se cada vez mais interessante a análise da posição do conceito de prudência no âmbito da filosofia prática de Kant, uma vez que embora pareça ocupar um lugar de pequena significância, exerce uma função chave, sobretudo se considerarmos suas surpreendentes possibilidades no âmbito da moralidade. Dessa forma, elementos que a primeira vista poderiam parecer

definitivamente contraditórios, poderão nos conduzir a uma bifurcação interpretativa, considerando que um caminho parece apontar para uma espécie de compatibilização dos mesmos, enquanto o outro poderia explanar os pontos nos quais há um distanciamento em evidência.

É importante salientar que o conceito de “prudência” não é incógnito na história da filosofia, nem mesmo propriedade intelectual kantiana. Podemos, por exemplo, facilmente remeter nosso raciocínio a um outro grande pensador da história da humanidade, a saber, Aristóteles, que pensou a “phronesis”, elemento estritamente relacionado às virtudes, à sabedoria de vida, em suma, à eudaimonia, isto é, à felicidade.

A humanidade, desde os primórdios, busca incessantemente por caminhos e conselhos sobre como viver e o que pode suprir esse insaciável desejo por uma vida feliz. Trata-se de uma questão que perturba nossa razão, desse modo sempre esteve na história do pensamento filosófico. Assim, nessa busca, nos deparamos com um relevante problema diante da ideia de moral no pensamento de Kant, pois a prudência, se olharmos por uma perspectiva restrita, sucumbiria à moralidade kantiana, não podendo existir ao lado da mesma, uma vez que a primeira tem como principal interesse a finalidade da felicidade e a segunda tem como foco especificamente a objetividade e a universalidade, elementos distantes da preocupação com a felicidade.

Nessa linha, Kant não aceita a felicidade como finalidade para a existência humana, uma vez que a natureza teria agido muito mal em dotar o homem de racionalidade, sendo o instinto ferramenta suficiente para a busca do bem-estar, havendo até mesmo um entrave, se entendermos que a razão não poderia ser a melhor executora de uma intenção meramente de conservação. Desse modo, a razão prática, não se orienta por inclinações à felicidade, ou seja, as inclinações e interesses (patológicos) encontram na pintura do pensamento do filósofo prussiano, feita por alguns intérpretes, um ambiente hostil de sobrevivência, uma vez que são aparentemente desconsiderados a favor de ações motivadas unicamente pelo dever, justamente porque o fundamento determinante está relacionado aos sentimentos de prazer e desprezar e que, portanto, não pode ser objetivo, bem como só pode ser conhecido pelo sujeito de modo empírico. Por esse motivo, e não sem razão, Kant é frequentemente colocado problemáticamente em meio ao Estoicismo, haja vista que os estoicos entendiam as paixões como a ruína da harmonia interior dos seres humanos. Não sem razão, porque precisamos considerar que as interpretações de Kant como um estoico encontram pedra de toque em muitas passagens relevantes no arcabouço de suas obras, fornecendo, portanto, uma grande bagagem material que poderia nos conduzir a ideias paradoxais acerca do lugar ocupado pela felicidade e outros sentimentos.

Evidentemente, essas considerações podem passar a impressão de que o filósofo trata displicentemente a questão da felicidade, o que não é o caso, tendo em vista que a prudência aparece em diversos pontos de sua perspectiva; o autor demonstra até mesmo na *Crítica da Razão Pura* que uma regra de prudência é definida como “a lei prática derivada da motivação da felicidade”, na mesma linha de raciocínio a felicidade é entendida como, “a satisfação de todas as nossas inclinações”. Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, a prudência é definida como “a destreza na escolha dos meios para atingir o maior bem-estar próprio”, enquanto na *Antropologia* como disposição “de utilizar habilmente outros homens em prol de suas intenções”.

Certamente a ideia da plausibilidade de usar o outro como meio no pensamento kantiano parece gritar uma contradição, no entanto, precisamos

destacar que tais ações não pertencem ao plano das decisões morais, mas aos estágios anteriores à moralidade, ações que precisam de prudência mundana para sua efetivação.

4. CONCLUSÕES

O que permitiria, por fim, uma compatibilização entre uma doutrina compromissada com a felicidade e uma ética entendida frequentemente como rigorosamente deontológica? Como um princípio heterônomo poderia coexistir com um projeto de autonomia no mesmo processo em direção à moralidade?

Se optamos por assumir a prudência sob a perspectiva do dever intrínseco à existência humana de cultivo e desenvolvimento das capacidades e talentos, não incorreremos em uma contradição à moral, pois, conseqüentemente relacionaríamos sua função à educação, logo faria parte do seu quadro de funções preparar os indivíduos para se tornarem cidadãos, assim, poderíamos entendê-la como uma espécie de propedêutica da moralidade, uma vez que ainda não vivemos em tempos suficientemente esclarecidos, haja vista que os homens são seres simultaneamente racionais e sensíveis, e que por isso, não é possível esperar de seres com tantas inclinações, características puramente angelicais.

É válido ressaltar, no entanto, que Kant não propõe que a educação ensine a moral, mas que prepare os indivíduos para que tomem a própria decisão de tornarem-se esclarecidos, o que certamente não pode fornecer a garantia de que efetivamente vão fazer essa escolha. A decisão do esclarecimento é intransferível e acontece no foro interno do ser humano.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KANT, I. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Tradução: Clélia Aparecida Martins. São Paulo: ILUMINURAS, 2006.
- KANT, I. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. Tradução: Ricardo R. Terra. – 4ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70.
- KANT, I. **Resposta à pergunta: Que é o Esclarecimento**. In: Kant I. A Paz Perpétua e Outros Opúsculos. Trad Artur Mourão. Lisboa: Edições 70; 1995.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 8ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- KANT, I. **Crítica da Razão Prática**. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002
- LOUDEN, R. **Kant's Impure Ethics: From Rational Beings to Human Beings**. Oxford University Press, USA, 2000.
- KORSGAARD, Christine. **The Sources of Normativity**. Cambridge University Press, 1996.
- FRIERSON, R. P. **Freedom and Anthropology in Kant's Moral Philosophy**. Cambridge University Press, 2003.
- FRIERSON, R. P. **What is the Human Being?** Kant's Questions, Routledge, 2013.
- LOUDEN, R. (ed.) & WOOD, A (ed.). **Lectures on Anthropology**. Cambridge University Press, 2013.
- SANTOS, Robinson dos. **O conceito de Klugheit em Kant**. Philosophica, 38, Lisboa, 2011, pp. 91-106
- LOUDEN, R. **A Segunda Parte da Moral**. Trad: Sofia Helena Gollnick Ferreira. Florianópolis, Periódicos UFSC, 2002.
- HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. Trad. Christian Viktor Hamm, Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.